

## **Refletindo sobre a diversidade das lutas contra-hegemônicas no campo e na cidade**

### **Estevan Leopoldo de Freitas Coca**

Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) – Alfenas, Minas Gerais, Brasil  
e-mail: estevan.coca@unifal-mg.edu.br

### **Lorena Izá Pereira**

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil  
e-mail: iza.pereira@unesp.br

### **Camila Ferracini Origuéla**

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil  
e-mail: ferracinicamila@yahoo.com.br

Em escala global, a segunda década do século XXI tem se caracterizado por uma confluência de crises, a exemplo das de origem climática, energética, alimentar, migratória e financeira (HARVEY, 2011; HOUTART, 2010; SAGE, 2012; SCHNEIDER; McMICHAEL, 2010; WITTMAN, 2009). São consequências disso o crescimento da miséria no campo e na cidade, de modo que as questões urbana e agrária acentuam suas diversas interfaces. Tal contexto tem produzido respostas políticas conflitantes, solidificando polarizações e colocando em xeque o modelo de democracia ocidental, que desde a segunda metade do século XX foi adotado em grande parte dos países do globo (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Por um lado, apoiados num discurso xenófobo e até mesmo aporofóbico (aversão ao pobre) (CORTINA, 2017), emergem governos de extrema direita que ao mesmo tempo em que acentuam a racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016), também dão voz a um amplo conservadorismo moral. São exemplos: Donald Trump, nos Estados Unidos; Viktor Orbán, na Hungria; Matteo Salvini, na Itália; Rodrigo Duterte, nas Filipinas e Jair Bolsonaro, no Brasil. A isso se soma a derrocada de governos que mesmo sem romper com o capitalismo vinham dando maior abertura às políticas sociais e à integração Sul-Sul, como ocorreu na América do Sul com Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, no Brasil; Rafael Corrêa, no Equador e Fernando Lugo, no Paraguai (VERGARA-CAMUS; KAY, 2017). Contudo, por mais que no presente essa onda de governos de extrema direita seja vigorosa, respostas progressistas também têm emergido, visando instituir uma nova racionalidade baseada no comum (DARDOT; LAVAL, 2017). Nesses casos, considerando a tendência crescente de financeirização dos bens essenciais à vida, movimentos urbanos e rurais têm sido importantes referências na defesa dos direitos humanos fundamentais e na busca pela construção de alternativas ao modo de produção hegemônico. Muitos desses movimentos possuem

articulações globais, contudo, possuem como elementos centrais de sua caracterização a resistência local aos efeitos perversos da globalização.

Nesse sentido, o contexto atual de convergência de crises estruturais tem acentuado a conflitualidade entre diferentes modelos de sociedade tanto no campo como na cidade. Ao contrário do passado recente em que a principal característica desses conflitos se dava na relação capital x trabalho, atualmente novos elementos têm sido abordados, a exemplo das questões de raça e gênero, dos modelos educacionais, das dinâmicas socioambientais e dos tipos e processos de alimentação. Reconhecer tal realidade é de fundamental importância para pensar em estratégias de superação das contradições estruturais do capitalismo,

Com base em tal contexto, a presente edição da Revista NERA traz 12 trabalhos que nos ajudam a refletir sobre a criação de estratégias de resistência à tendência de intensificação da racionalidade neoliberal. São abordados temas referentes ao campo e a cidade, o que reforça a concepção de que as contradições do capitalismo são multiescalares e multidimensionais, exigindo respostas contra-hegemônicas que dialoguem com essa diversidade.

Os dois primeiros textos tratam de processos de resistência efetivados na escala da cidade. Num contexto em que desde 2007, pela primeira vez a população urbana é maior do que a rural no mundo (ONU, 2014) e que atrelado a isso são ampliados problemas como a especulação imobiliária, o surgimento e crescimento de favelas e outros tipos de moradia irregular e o colapso dos sistemas de transportes – especialmente os de caráter público –, faz-se importante destacar as diversas ações desempenhadas por coletivos que visam modificar estruturalmente as cidades.

Sendo assim, abrindo essa edição, o trabalho “Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social “Nós da Sul”, de autoria de Clóvis Alexandre de Castro, enfatiza articulações de movimentos sociais que emergiram e/ou se fortaleceram no Sul da cidade de São Paulo (SP), no contexto das jornadas de junho de 2013, caracterizando-se por lutas por moradia, educação, saúde e transportes. Considerando as demandas desses movimentos com base na conjuntura política brasileira, o autor destaca que eles são responsáveis pela produção de espaços e territórios, o que enfatiza a importância da abordagem geográfica no intuito de compreendê-los.

Do mesmo modo como as Jornadas de Junho de 2013, o processo de ocupação de escolas por secundaristas em 2016 também se destacou recentemente no Brasil como de grande importância no questionamento à fatores como a mercantilização de bens comuns e a inoperância do Estado em atender aos direitos fundamentais da população. Sobre isso, o trabalho “A escola é nossa!”: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016, escrito por Rei Kuboyama e Fábio César Alves da Cunha destaca alguns elementos geográficos presentes nas lutas dos secundaristas. Com base em

exemplos da cidade de Londrina, os autores frisam que o movimento dos secundaristas gerou territórios e territorialidades que culminaram na refuncionalização e na ressignificação das escolas, dando maior sentido à sua importância social.

Após esses dois trabalhos que abordam lutas contra-hegemônicas nos espaços urbanos, a presente edição da Revista NERA enfatiza os efeitos das crises estruturais no campo, especialmente no que se refere às migrações. Sabe-se que desde a década de 1960, se constatam no Brasil maiores índices de pessoas vivendo nas cidades do que no campo. Contribuem para isso fatores como a industrialização concentrada no Sudeste do país, as reiteradas secas e uma Questão Agrária não resolvida no Nordeste e as políticas de garantia de direitos para os trabalhadores urbanos (o que aconteceu antes do que no campo) (MOREIRA, 2011; OLIVEIRA, 1987). Além disso, com a refuncionalização dos espaços urbanos surgem novos modelos de migração, a exemplo das que ocorrem em caráter temporário ou pendular (BAENINGER, 2012). Ocorre que os trabalhos acadêmicos enfatizam de modo muito mais intenso as migrações temporárias entre cidades e pouco se fala sobre a relação desse processo com o campo.

Visando suprir essa lacuna, Elenice Aparecida Coutinho e Ana Louise de Carvalho Fiúza, por meio do artigo “A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG”, demonstram os efeitos das migrações temporárias para os espaços urbanos de habitantes do meio rural em municípios da Zona da Mata, no estado de Minas Gerais, Brasil. As autoras concluem que estes deslocamentos se distinguem daqueles retratados nos estudos de pendularidade urbana atrelada à demandas relacionadas ao trabalho e ao estudo. A mobilidade estava majoritariamente relacionada às demandas por bens e serviços dentro do próprio município de origem, sendo que os deslocamentos não cotidianos se direcionavam para fora do município de origem. O estudo apontou, ainda, que os padrões de deslocamento são diferentes considerando-se o gênero, faixa etária. De tal modo, a mobilidade cotidiana constitui nos pequenos municípios um mecanismo importante para as trocas materiais e culturais dos rurais com os citadinos.

Dentre as principais estratégias para evitar o êxodo rural forçado destacam-se as políticas públicas direcionadas às unidades de produção camponesas. Os exemplos do Brasil e de grande parte do mundo destacam que no presente contexto de hegemonia do agronegócio, essas ocorrem como respostas do Estado às pressões realizadas pelo campesinato por meio de ações como ocupações de terras e manifestações em áreas urbanas ou espaços públicos (AKRAM-LODHI, 2015; FELICIANO; PEREIRA, 2014; FERNANDES, 2000). Como forma de ampliar as discussões sobre esse processo, são apresentados 05 artigos que abordam políticas públicas direcionadas ao campesinato.

Em “Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato”, Luana Fernando Luiz e Sedeval Nardoque fazem

uma discussão sobre os limites das políticas de crédito fundiário como uma proposição de órgãos multilaterais para a realização da reforma agrária pela via do mercado. Com base no exemplo de empreendimentos efetivados em Três Lagoas, no estado do Mato Grosso do Sul, Brasil, por meio do trabalho foi possível compreender alguns aspectos da dinâmica da reprodução camponesa, bem como as contradições engendradas nesses assentamentos rurais criados a partir do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Também discutindo a reforma agrária em Três Lagoas, o texto “Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS”, escrito por Patrícia Tozzo de Matos Mercadante, Rosemeire Aparecida de Almeida aborda os desafios e efeitos territoriais da adoção de princípios agroecológicos em unidades de produção familiares. Considerando que em Três Lagoas, os camponeses, especialmente os assentados, se encontram num processo de intensa conflitualidade com o agronegócio do eucalipto, as autoras alegam que a transição agroecológica tem se mostrando um instrumento educativo que aproxima agricultores e consumidores por meio dos canais de curta comercialização, com vias a valorização da economia local.

Outro trabalho que aborda as políticas de reforma agrária é o intitulado “Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás”, elaborado por Karla Emmanuela Ribeiro Hora, Rogério Antonio Mauro, Manoel Calaça. Esses autores evidenciam os desafios para o planejamento ambiental e a estratégia de implantação dos núcleos de moradia do assentamento Canudos, em Goiás, assim como os seus desdobramentos na discussão sobre os modelos de reforma agrária. Com isso, são trazidas contribuições para se articular a busca por soluções fundiárias com as ambientais, denotando que a reforma agrária pode contribuir com a produção de impactos socioterritoriais de modo multidimensional.

Além das políticas de reforma agrária, especialmente no caso do Brasil, também tem sido de grande valia as estratégias de remodelagem dos mercados institucionais, criando novas oportunidades de comercialização dos produtos gerados pelo campesinato. Ao também terem por preocupação o combate à fome por meio da doação dos produtos camponeses adquiridos pelo Estado para pessoas em condição de vulnerabilidade social, tais políticas públicas trazem elementos da soberania alimentar (COCA, 2016; WITTMAN; BLESCH, 2015).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), enquanto política pública com tal viés, é tratada no artigo “Benefícios e entraves do programa de aquisição de alimentos (PAA) no município de Diamantino-MT”, escrito por Paulus Vinicius da Silva, Cleci Grzebieluckas, Josiane Silva Costa dos Santos. Com base em entrevistas com proponentes da modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS), do PAA e de técnicos da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER), demonstra-se que os agricultores consideram que esta política pública influencia positivamente, pois garante a comercialização

com preço justo, permanência na propriedade, aumento e diversificação da produção e consequentemente da renda, proporcionando ampliação da residência, aquisição de equipamentos, veículo, saldar dívidas e melhorias de infraestrutura em geral. Por outro lado, os entraves percebidos foram o baixo valor da cota de comercialização, morosidade na gestão e ausência de assistência técnica no processo de produção.

A discussão sobre os mercados de alimentos também aparece no artigo “Que qualidades para quais mercados? O caso do queijo colonial da microrregião de Capanema, Paraná”, de Camila Eduarda Viana, Rozane Marcia Triches, Fabiana Thomé da Cruz. Tal estudo traz uma caracterização sobre o mercado do queijo colonial na microrregião de Capanema, sudoeste do estado do Paraná, ao mesmo tempo em que identifica quais são os atributos valorizados por consumidores produtores e técnicos/gestores na qualificação desses queijos. Dentre os casos abordados, verificou-se que as agroindústrias informais vendem seus produtos a partir de cadeias curtas de abastecimento do tipo face a face, enquanto as agroindústrias formais ampliam seu escopo para cadeias curtas de proximidade espacial e para cadeias longas de abastecimento, perdendo em parte, a artesanidade de seus produtos.

Os últimos 4 artigos que compõem essa edição da Revista NERA, abordam, sob diferentes perspectivas, a conflitualidade entre o campesinato e o agronegócio, podendo ser tomados como exemplos de que o capitalismo não é uma totalidade no campo. Assim, apesar de ser hegemônico, o agronegócio está em permanente disputa com outras relações sociais, a exemplo das que são geradas pelo campesinato, sendo esse um exemplo das desigualdades e contradições do capitalismo (OLIVEIRA, 2007).

Flávio Reis Santos, Magda Valéria Silva, em “Produção agrícola familiar no Brasil: experiências materializadas em três mesorregiões do estado de Goiás”, fazem uma leitura sobre algumas experiências das atividades agrícolas familiares, desenvolvidas por produtores rurais no estado de Goiás. Os autores defendem que a agricultura familiar constitui atividade produtiva estratégica de grande importância para a inserção, recuperação e manutenção do emprego em tempos de globalização, fundamental para assegurar a redistribuição de renda e para impulsionar um desenvolvimento que venha contribuir para a superação da atual crise social e econômica brasileira.

Com base num exemplo do estado do Pará, Rafael Benevides de Sousa, em “Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense”, visa compreender as estratégias de resistências produzidas por camponeses contra o avanço do agronegócio do dendê na Amazônia.

Já Maria Messias Ferreira Lima, em “Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo” busca analisar criticamente o Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS)

nas áreas de assentamentos rurais no semiárido cearense, identificando os elementos de exclusão, subordinação ou emancipação da agricultura familiar camponesa às relações capitalistas de produção. Com base em abordagem desenvolvida no assentamento Acoci, localizado no município de Campos Sales (CE), a autora destaca que esse se encontra em uma situação intermediária, ou seja, conseguiu parcialmente os elementos estruturais para a subordinação à dinâmica de acumulação capitalista, porém os elementos de emancipação que promoveriam o desenvolvimento rural sustentável ainda não se encontram presentes, revelando apenas o seu caráter desigual e combinado.

Fechando essa edição, o trabalho “Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina”, de Diego Ignacio Dominguez traz uma discussão sobre a importância das experiências de produção agroecológica no contexto de conflitualidade entre o agronegócio e o campesinato no campo argentino. Demonstra-se que a agroecologia possui uma dimensão formativa e também transformadora.

Desse modo, nessa edição, a Revista NERA traz um amplo leque de exemplos de lutas contra-hegemônicas desenvolvidas nos campos e nas cidades na atualidade. Desejamos a todos uma boa leitura!

## Referências

- AKRAM-LODHI, A. H. Accelerating towards food sovereignty. **Third World Quarterly**, Waterloo, v. 36, n. 3, p. 563–583, 2015.
- BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 20, n. 39, p. 77–100, 2012.
- COCA, E. L. F. **A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente.
- CORTINA, A. **Aporofobia, el rechazo al pobre**. Un desafío para la democracia. Barcelona: Espasa Libros, 2017.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**. Ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.
- FELICIANO, C. A.; PEREIRA, D. V. Pelas ruas, campos, cidades e avenidas: ações e manifestações dos movimentos socioterritoriais do campo no Brasil (2000-2011). In: VINHA, J. F. S. C.; COCA, E. L. F.; FERNANDES, B. M. (Eds.). **DATALUTA: Questão Agrária e coletivo do pensamento**. São Paulo: Expressão Popular/Outras Expressões, 2014. p. 119–147.
- FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**: Petrópolis: Vozes, 2000.

- HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HOUTART, F. **Agroenergia: solução para o clima ou saída da crise para o capital?** São Paulo: Vozes, 2010.
- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MOREIRA. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.
- OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **World urbanization prospects, the 2014 revision**. 2014.
- SAGE, C. **Environment and food**. New York: Routledge, 2012.
- SCHNEIDER, M.; McMICHAEL, P. Deepening, and repairing, the metabolic rift. **Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 37, n. 3, p. 461–484, 2010.
- VERGARA-CAMUS, L.; KAY, C. Agribusiness, peasants, left-wing governments, and the state in Latin America: An overview and theoretical reflections. **Journal of Agrarian Change**, Oxford, v. 17, n. 2, p. 239–257, 2017.
- WITTMAN, H. Reworking the metabolic rift: La Vía Campesina, agrarian citizenship, and food sovereignty. **Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 36, n. 4, p. 805–826, 2009.
- WITTMAN, H.; BLESCH, J. Food sovereignty and Fome Zero: connecting public food procurement programs to sustainable rural development in Brazil. **Journal of Agrarian Change**, Oxford, 2015.